



## Mais protestos contra o desmonte do BB



**Sindicato de Umuarama colocou faixas contra a privatização do BB nas principais agências de sua base, no dia 25/02**

## Contraf-CUT reuniu Coletivo de Saúde e planejou ações

No dia 25/02, a Contraf-CUT realizou, por meio de videoconferência, a reunião do seu Coletivo Nacional de Saúde. Composto por representantes dos sindicatos, federações e Confederação, o Coletivo debateu as principais demandas dos bancários nesse setor, que ajudarão a compor um plano de ações para os próximos meses. Foi uma reunião organizativa, tendo em vista o seminário de planejamento das ações para o ano de 2021, organizado pela Contraf-CUT, que envolverá todas as suas secretarias e contemplará os temas em debate na categoria. Os Sindicatos do Pactu foram representados pelos dirigentes Luiz Carlos Fernandes, de Umuarama, Leonice Cazarin de Mattos Silva, de Campo Mourão, e Diandro Marcio Bombana, de Toledo.

## Pactu participou da reunião do Coletivo de Dirigentes do Santander

Na segunda-feira, 22/02, foi realizada uma reunião do Coletivo Estadual dos Dirigentes Sindicais do Santander do Paraná. Entre outros assuntos, a reunião tratou da ofensiva do Santander contra dirigentes sindicais do banco em todo o país, com vários casos de demissões arbitrárias e descumprimento de decisões judiciais que determinaram a reintegração dos demitidos. Outro assunto relevante foi a conquista da prorrogação do acordo para a compensação das horas não trabalhadas por conta da pandemia de coronavírus, com ampliação do prazo de 12 para 18 meses para a reposição. A reunião contou com dirigentes da Fetec-CUT/PR e de quase todos os sindicatos filiados no estado. Os sindicatos do Pactu foram representados por Elias Soares, Nelson Ortiz e Erick Fabiano Ono Ortiz, de Umuarama, Everaldo Gornaski Ribeiro, de Guarapuava (representante dos sindicatos do Pactu na COE do Santander), e Wesley Fábio Erzinger, Rosicler Basso e Maria Nilma Ropelatto, de Paranavai. Mais informações em [www.pactu.org.br](http://www.pactu.org.br)

social do país.

A Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), juntamente com a Contraf-CUT, os sindicatos e os funcionários do BB, tem desenvolvido uma série de atividades, protestos e paralisações contra o desmonte do banco. Na quinta-feira (25) foi realizado mais um Dia Nacional de Lutas com tuitaço e atividades em agências do BB nas principais cidades do país.

Além de chamar a atenção da sociedade para o perigo iminente, a campanha também inclui pressão sobre os parlamentares, em Brasília. O movimento sindical denuncia as medidas da direção do BB e do governo Bolsonaro e cobra apoio dos deputados contra projetos que visem o desmonte do BB e de outras empresas públicas. Leia mais em [www.pactu.org.br](http://www.pactu.org.br)

Se já não bastasse a preocupação com a reestruturação anunciada no dia 11/01, que vai demitir mais de 5 mil bancários e fechar agências em vários municípios, os funcionários do Banco do Brasil se deparam agora com outro desafio: pressionar a Câmara dos Deputados a não votar o Projeto de Lei 461/21, de autoria do deputado federal Kim Katagiri (DEM/SP). Ele quer que o BB passe a figurar no Programa Nacional de Desestatização, o que reforça a possibilidade de privatização do banco.

A proposta de Kim Katagiri vai ao encontro de medidas que vêm sendo tomadas pela direção do banco, sob orientação do governo Bolsonaro (ex-PSL), que levam à destruição desse patrimônio historicamente tão importante para o desenvolvimento econômico e

## Brasileiros são contra a privatização da Caixa

A maioria da população brasileira segue com posição contrária à privatização da Caixa Econômica Federal e de outras empresas públicas do país. Chega a 59,8% o índice de cidadãos no Brasil que são contra a entrega ou venda do patrimônio público para a iniciativa privada. Enquanto 28,6% dos entrevistados

disseram ser a favor de estatais privatizadas e 11,6% não souberam opinar ou não responderam.

De um modo geral, o resultado do estudo aponta que quanto mais as pessoas têm a empresa pública como parte de seu dia a dia, menos elas apoiam a privatização. Mais detalhes em [www.pactu.org.br](http://www.pactu.org.br)

## Webinário Virtual

### UNI Global e sindicatos debateram trabalho remoto

A UNI Global, entidade com atuação em todo o mundo na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, realizou no dia 23/02, através de webinário virtual, o lançamento e discussão de uma série de diretrizes que vão auxiliar nas negociações coletivas para promover os direitos dos trabalhadores remotos. O teletrabalho é uma modalidade formalizada precariamente pela reforma trabalhista de Temer, em 2017, e adotada amplamente a partir da pandemia da covid-19. No Brasil, dezenas de milhares de trabalhadores, com destaque para os bancários, migraram para o trabalho em *home office* e a tendência é de que muitos continuem no trabalho remoto mesmo após o final da pandemia. O desafio do movimento sindical é impedir que essa mudança resulte em perdas aos trabalhadores e trabalhadoras. Para apoiar os sindicatos, a UNI Global elencou alguns princípios fundamentais que devem ser garantidos nas negociações. Por exemplo, garantir que o empregador continue responsável pelo material de trabalho, cobertura de despesas relacionadas à atividade profissional, saúde, segurança, licença médica, ergonomia e ambiente de trabalho de qualidade. A ideia é disseminar a compreensão de que trabalho remoto não significa trabalhar sem direitos. Além disso, impedir que os empregadores usem o trabalho remoto como arma para enfraquecer os sindicatos, minar a negociação coletiva e diminuir o diálogo social. Segundo as diretrizes da Uni, a mudança para o trabalho remoto, exceto numa situação de pandemia, como agora, deve ser voluntária e sempre negociada com equilíbrio entre vida pessoal e profissional, vigilância minimizada, não discriminação e neutralidade de gênero como principais prioridades. No webinário, os Sindicatos do Pactu foram representados por Edilson José Gabriel e Nelson Ortiz, de Umuarama.

## Caixa

### Contraf-CUT cobra balanço e antecipação da PLR



A Contraf-CUT enviou dois ofícios para a direção da Caixa Econômica Federal. No primeiro, reivindicou esclarecimentos sobre a previsão da publicação do balanço e solicitou a antecipação do pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), como forma de valorizar o trabalho feito pelos empregados durante o ano de 2020. No segundo ofício, a Contraf-CUT pediu esclarecimentos sobre a reestruturação da Vice-Presidência de Logística e Operações (VILOP). Leia mais em [www.pactu.org.br](http://www.pactu.org.br)

# Populismo de Bolsonaro não resolve alta dos combustíveis



A troca de comando na Petrobras criou um alvoroço nas bolsas de valores. Também provocou gritaria de companhias multinacionais, principalmente as americanas, que há muito tempo conluíam com o PSDB para por as mãos na Petrobras. O tucano Roberto Castello Branco era tudo o que esse pessoal queria.

Privatista de carteirinha, o presidente demitido vinha colocando em prática tudo aquilo que o PSDB sempre quis desde o governo FHC: a equiparação do nosso petróleo ao preço do dólar, a privatização acelerada de ativos rentáveis e estratégicos da Petrobras, o fechamento e a privatização de refinarias e outras ações que seguem a cartilha dos ultraliberais. Num primeiro momento, faz a Petrobras perder competitividade no mercado. Depois, cria um ambiente propício para justificar sua liquidação à preço de banana. Foi isso o que Castello Branco fez com a refinaria da Bahia, vendida pela metade do preço, no dia 08/02. Essa foi a primeira, de oito refinarias que seriam vendidas por ele.

Tudo isso, óbvio, em conformidade com a política entreguista do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) e do ministro Paulo Guedes. Até ai, nada de absurdo para um governo que, sem nenhum constrangimento, lê na cartilha do mercado e defende escancaradamente a privatização de empresas públicas.

Como explicar então a intempestiva intervenção de Bolsonaro e a troca de comando na Petrobras? Não é difícil compreender, quando se joga luz sobre o histórico de Jair Bolsonaro durante esses 26 meses de governo. Sem um projeto para o país, a maioria das decisões e

intervenções feitas por Bolsonaro visou única e exclusivamente seu próprio benefício político e, em alguns casos, de seus familiares e amigos. Fato é que o presidente, embriagado pelo poder que lhe garante a cadeira presidencial, não hesita em usar o artifício de medidas populistas sempre que alguma coisa o ameaça. Foi assim no episódio com Sérgio Moro, quando o Bolsonaro queria interferir na Polícia Federal. Foi assim também na demissão do ministro Mandetta, quando o presidente interferiu no combate à pandemia da covid-19. A interferência se repetiu na eleição da Câmara e do Senado, vencidas por aliados de Bolsonaro. E agora na Petrobras.

Desta vez, a plateia foram seus eleitores, revoltados com os consecutivos aumentos dos preços da gasolina (34% somente neste ano) e os caminhoneiros, que ameaçavam uma greve nacional em protesto contra os aumentos do diesel (27%, neste ano). Segundo os especialistas, a baixa dos preços dos combustíveis não dependem da troca de comando ou de qualquer reestruturação na Petrobras. É necessária a reativação das refinarias que, em pleno funcionamento, são capazes de suprir o mercado doméstico de derivados com preços abaixo do custo de importação.

Assim, apontam os especialistas, poderia se obter resultados compatíveis com a indústria internacional e sustentar os investimentos que contribuem para o desenvolvimento nacional e com o fim da política de destruição da Petrobras, iniciada no governo Temer e mantida por Bolsonaro. O episódio na Petrobras é mais um teatro, com fundo populista e um iminente final desastroso para o país.

## Campanha da CUT vai combater privatizações

“Não deixem vender o Brasil” é o slogan da campanha da CUT e entidades filiadas em defesa das empresas estatais brasileiras, lançada quarta-feira (24/02), contra o projeto entreguista do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e de seu ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes. Empresas estratégicas para o desenvolvimento e a soberania do país como Petrobras, Correios, Eletrobras, além da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, estão na mira das privatizações. O objetivo da campanha é sensibilizar a sociedade para os problemas que o Brasil enfrentará em cada setor, caso essas empresas sejam privatizadas. A campanha será feita em nível nacional, através da televisão e da internet. A linguagem do material será popular, levando o povo a refletir sobre a situação. Leia mais em [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)